

ATA

PLENÁRIA DO COMITÊ DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS PARACATU E URUCUIA.

Ata da 5ª reunião ordinária, realizada no dia 07 de Outubro de 2025. No 07 de Outubro de 2025 às 09h00min reuniram-se por videoconferência os seguintes conselheiros titulares e suplentes do Comitê das Bacias Hidrográficas dos Rios Paracatu e Urucuia - **Representantes do Poder Público Estadual:** Patrícia Carvalho Barbosa (IGAM) Titular, Adailson de Oliveira Santos (SES) Titular, Samuel Passos Ribeiro Rodrigues e Silva (DER/MG) Suplente, Wilson Pereira Barbosa Filho (SEMAD) Suplente, Loiane Mayra Jaco de Souza (IMA) Suplente, Álvaro de Moura Goulart (EMATER/MG) Titular. **Representantes Poder Público Municipal:** Alexandre Stehling dos Santos (Município de Vazante) Titular, Neurivan Pereira Farias (Município de Formoso) Titular, Ivonete Antunes Ferreira (Município de Urucuia) Suplente, Leonardo Pereira Costa (Município de Paracatu) Titular, Sophia Lorena Pinto Vieira (Município de Patos de Minas) Suplente, Francisco Pinto da Silva (Município de Arinos) Titular, Rafael Vieira Soares (AMNOR) Titular. **Representantes de Usuários:** Marília Cristina Alves de Almeida (CAPUL) Suplente, Marcelo Perondi (ABHP) Titular, Rowena Betina Petroll (COOPERTINGA) Suplente, Régis Machado Couto (Condomínio de Irrigação Rio Paracatu) Titular, Joice Luiza Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros) Titular, Wandir Monteiro Silveira (Sindicato dos Produtores Rurais de Arinos) Titular, Ediene Luiz Alves (APROSOJA) Suplente, Natália Gonçalves Mendes (Sindicato dos Produtores Rurais de Paracatu) Titular, Saulo de Lima Bernardes (COPASA) Suplente, Marcelo Valadares Noronha Braga (Sindicato Rural de João Pinheiro) Titular, Dálisson de Oliveira Souza (BEVAP) Suplente. **Representantes da Sociedade Civil:** Denis Leocadio Teixeira (UFVJM) Titular, Bruno Peres Oliveira (CREA-MG) Titular, José Américo Carniel (AAMA) Titular, Tobias Tiago Pinto Vieira (MOVER) Titular, José Eduardo Trevisan Moraes (ADESP) Titular, Júlio César Ayala Barreto (CEPASA) Suplente, Rhaul de Oliveira (Associação do Cresertão) Titular, Adriana de Oliveira Rocha (Ag. Desenv de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia) Suplente – representada por José Idelbrando Ferreira de Souza. **Convidados:** Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo), Ohany Vasconcelos (Agência Peixe Vivo), Rayssa Balieiro (Agência Peixe Vivo), Valdir Dias (Instituto Espinhaço). **Assuntos em Pauta: 01) ABERTURA PELO PRESIDENTE DO CBH S78 - TOBIAS TIAGO PINTO VIEIRA:** Tobias Vieira (MOVER) A reunião teve início com a fala do presidente, que cumprimentou e agradeceu a presença de todos. **02) CONFERÊNCIA DE QUÓRUM – THAIS NASCIMENTO FERREIRA:** Tobias Vieira (MOVER) realizou a verificação de quórum com confirmação de 19 presentes e 18 conselheiros com direito a voto. Após constatar o quórum necessário, foi dado início à pauta. Tobias informou que a secretária do comitê estava ausente por motivo justificado e que ele assumiria temporariamente as funções da secretaria. Tobias iniciou uma fala de contextualização sobre o período de safra de verão, alertando para a falta de chuvas regulares, o que já vinha provocando problemas em alguns rios da região. Ele ressaltou que, embora houvesse previsão antecipada de chuvas, o início do período chuvoso ainda não se confirmou, sendo prudente aguardar o retorno das chuvas antes de iniciar o plantio, evitando o rebaixamento de cursos d'água, como já ocorrera em anos anteriores. Pedeu que sindicatos e representantes repassassem essa orientação aos produtores rurais. **03) APROVAÇÃO DA ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 13/08/2025 E DA 7ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO DIA 26/08/2025 - TOBIAS VIEIRA;** Tobias Vieira (MOVER) abriu para manifestações e possíveis correções das atas a serem aprovadas. Como não houve objeções, as atas foram colocadas em votação. Ivonete, Adailton, Júlio, Zé Eduardo Trevisan pediram abstenção, justificando ausência nas reuniões correspondentes. Tobias esclareceu que os suplentes podem validar ou discutir as atas, e reforçou a importância de justificar faltas para evitar perda de assento no comitê por ausência reiterada. Com as abstenções registradas, as atas foram aprovadas. Um conselheiro que entrou tardiamente reclamou por não ter seu voto computado. Tobias esclareceu que todas as presenças são registradas automaticamente ao ingresso na reunião, e que o silêncio durante a votação representa voto favorável, pedindo calma e respeito mútuo entre os participantes. **04) INFORME DAS CORRESPONDÊNCIAS ENVIADAS E RECEBIDAS - THAIS NASCIMENTO;** Tobias Vieira (MOVER) fez a leitura e contextualização das correspondências recebidas e enviadas. A Associação de Irrigantes do Alto Piratinga enviou manifestação sobre problemas nos cálculos de cobrança de uso da água. Segundo ele, muitos usuários receberam boletos

com valores muito superiores aos declarados (diferenças de R\$ 3.500 para R\$ 70.000). O órgão ambiental não permitiu reabrir o sistema para correção dos DAE's e as respostas têm sido lentas, agravadas pela greve dos servidores estaduais. Tobias e Marcelo Perondi destacaram que isso vem gerando inadimplência e insegurança entre os usuários. A Gerência de Apoio aos Comitês do IGAM enviou informações sobre o processo eleitoral complementar da gestão 2023 - 2027 para preencher vagas em cadeiras do comitê. As inscrições já estavam encerradas e o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA) foi eleito como membro reserva do poder público estadual. Foi recebido um convite da CEMIG sobre o evento proximidade de usina e gestão ambiental em Unaí, no dia 16/10. Tobias reforçou que o convite foi encaminhado ao grupo e que os conselheiros interessados devem contatar a CEMIG. Tobias informou que a agência Peixe Vivo apresentaria o PAP 2025–2027, documento que define a destinação dos recursos da cobrança pelo uso da água. Essa seria a segunda reunião sobre o tema, após análise preliminar pela diretoria e Câmara Técnica de Planejamento. Foi recebido o convite da reunião com o IGAM e ANA sobre o programa Procomitês, no qual encerra o programa. Tobias relatou que a Agência Nacional de Águas sofreu um corte orçamentário de 33%, o que impactará diretamente o programa. Foi recebida uma correspondência do Sindicato dos Servidores de Minas Gerais (SINDSEMA) entregue presencialmente no escritório do comitê, explicando as razões da greve e apresentando reivindicações como, cumprimento de acordos judiciais sobre carreira, recomposição salarial, concurso público para reposição de pessoal, adicional de insalubridade e periculosidade e reforço da frota de veículos. Tobias avaliou positivamente a reunião com os representantes e propôs que o comitê deliberasse nos assuntos gerais sobre emitir uma manifestação formal de apoio aos servidores.

05) RELATO, PELO SECRETÁRIO, DOS ASSUNTOS A DELIBERAR - THAÍS NASCIMENTO FERREIRA. Tobias Vieira (MOVER) explicou a todos que na reunião teríamos a apresentação do PAP 2025–2027 pela Agência Peixe Vivo, a apresentação do projeto Pro Águas Urucuia pelo Instituto Espinhaço e a discussão final sobre apoio ao movimento dos servidores estaduais.

06) APRESENTAÇÃO DO PAP - PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2025-2027 (INVESTIMENTOS) DO CBH PARACATU/URUCUIA - AGÊNCIA PEIXE VIVO; Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo) iniciou a apresentação técnica do Plano de Aplicação Plurianual (PAP 2025–2027). Ela explicou que o PAP define o orçamento e o destino dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água, orientando quais programas e ações serão executados nos próximos anos. Os principais pontos da apresentação foram o PAP foi elaborado com base nas leis federal e estadual de recursos hídricos e no plano de recursos hídricos das bacias do Paracatu e do Urucuia. Apesar da unificação administrativa dos comitês, a aplicação dos recursos será feita separadamente para cada bacia. O horizonte do plano vai de 2025 a 2027, com revisão prevista para 2028–2030. O PAP é dividido em três eixos, gestão sendo a mobilização, comunicação, atualização de planos e instrumentos de gestão, o planejamento sendo os estudos e elaboração de projetos (por exemplo, saneamento rural, conservação, produção de água) e os estruturantes que são as execuções de obras físicas derivadas desses projetos. A Peixe Vivo elaborou o documento com base nas prioridades dos planos de recursos hídricos e na capacidade operacional e financeira da entidade e do comitê. Reforçou que nenhum projeto pode ser contratado fora das rubricas previstas no PAP, o que dá a ele caráter obrigatório e norteador. O IGAM monitora a execução do PAP por indicadores físicos e financeiros, avaliando anualmente o desempenho da agência. Jaqueline finalizou destacando a importância da aprovação do PAP para permitir o início de novas ações e investimentos já a partir de 2026, incluindo estudos, projetos e intervenções prioritárias para as duas bacias. Reforçou que as ações e metas propostas estavam alinhadas com os Planos de Recursos Hídricos (PRH) das bacias do Paracatu e do Urucuia, mas também adequadas à estrutura operacional e orçamentária atual da Agência e do Comitê. O objetivo era manter as previsões realistas e exequíveis, para que a execução e avaliação anual pudessem ser feitas com coerência. Jaqueline apresentou um panorama comparativo dos planos, sendo o plano de Recursos Hídricos do Paracatu, elaborado em 2006, com horizonte até 2016. Já considerado obsoleto, precisa de atualização urgente. Orçamento total previsto à época: R\$ 151 milhões, valor muito acima da capacidade de arrecadação da cobrança pelo uso da água, o comitê só consegue executar uma parcela das ações, sendo necessário buscar parcerias e recursos externos. Plano de Recursos Hídricos do Urucuia, elaborado em 2014, com horizonte até 2034, portanto ainda vigente. Orçamento previsto: R\$ 172 milhões, igualmente inviável de ser coberto apenas pela cobrança, tendo necessidade de atrair outros financiadores e executar ações em parceria. Jaqueline destacou que essa estratégia de “buscar novos parceiros e fontes de financiamento” estava totalmente alinhada com a fala recorrente de Tobias, presidente do comitê, e com a diretriz institucional da Agência. Citou que muitas vezes o comitê elabora um projeto e consegue executá-lo com outro parceiro, e que o desafio é colocar isso em prática com mais frequência. Jaqueline projetou quadros e tabelas mostrando a distribuição das ações e dos investimentos previstos. No Paracatu, os maiores valores estavam nas áreas de

saneamento e recuperação ambiental, especialmente controle de erosão, reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, que juntos representavam cerca de 50% do orçamento total previsto (R\$ 76 milhões de R\$ 150 milhões). Ela ressaltou que, diante dessa vocação ambiental, a proposta inicial do PAP também focou fortemente na recuperação ambiental e no manejo de bacias. No Urucuia, os investimentos propostos abrangiam o monitoramento da qualidade da água, outorga e enquadramento, gestão e cobrança e oferta hídrica e conservação ambiental, com destaque para manejo de bacias em áreas rurais. Jaqueline frisou que, embora existam muitas demandas, o recurso disponível é muito pequeno, então a proposta priorizou ações mais viáveis com o orçamento da cobrança. Explicou as premissas orçamentárias adotadas para o PAP. O CBH Paracatu com arrecadação anual bruta estimada de R\$ 12 milhões, mas com inadimplência média de 32,48%, resultando em cerca de R\$ 8 milhões líquidos. O CBH Urucuia com arrecadação bruta de R\$ 2,2 milhões, mas com inadimplência de quase 60%, restando cerca de R\$ 900 mil por ano. Há ainda o desconto automático de 1% de Pasep. O repasse do recurso pelo IGAM normalmente ocorre somente no fim do ano (outubro em diante), o que exige planejamento cauteloso. Por segurança, a Peixe Vivo mantém um “colchão de liquidez” equivalente a 1,3 arrecadações anuais, como recomendado pela ANA (Agência Nacional de Águas). Isso serve para cobrir eventuais atrasos nos repasses, aditivos contratuais ou emergências financeiras. Marcelo Perondi questionou sobre o valo, sendo que há R\$ 7 milhões em caixa e o CBH precisaria esperar arrecadar mais um ano para começar as ações. Jaqueline respondeu que parte do dinheiro precisa permanecer em caixa e explicou, projetando uma planilha, que o fundo de segurança é dinâmico, ele oscila, mas garante que o comitê nunca fique negativo. Ela reafirmou que o planejamento é conservador nos primeiros anos (2025–2027), justamente por o processo ainda estar se consolidando. A ideia é avaliar a performance até 2027 e, se houver estabilidade, ser mais ousado no ciclo seguinte (2028–2030). Explicou o Eixo 1 (Gestão), Eixo 2 (Planejamento) e Eixo 3 (Programas e Ações Estruturantes), mostrando os valores e rubricas. Ela destacou que o apoio institucional e a comunicação foram divididos de forma complementar entre as duas bacias, Paracatu assumirá o plano de comunicação (por ter maior arrecadação) e Urucuia cobrirá as despesas administrativas e logísticas das reuniões e participações externas. Ohany Ferreira (Agência Peixe Vivo) responsável pela integração e apoio às instâncias dos comitês, educação ambiental, comunicação e mobilização, se apresentou. Explicou que ainda estão em transição com o IGAM. Detalhou as rubricas de comunicação, mobilização e capacitação. Em 2025, será providenciado o domínio e registro do site do comitê (com validade de 10 anos). Em 2026, a previsão é contratar empresa de comunicação para atualizar site, redes sociais e produzir materiais como revistas, vídeos, podcasts e cartilhas. Em 2027, a empresa contratada atuará em ciclo completo. Para mobilização e educação, previu-se R\$ 30 mil por ano (2026 e 2027), voltados a capacitação e despesas de viagem de conselheiros que atuem em atividades de campo ou integração com outros comitês. Ela reforçou que os valores foram baseados em contratos semelhantes com outros CBH's e reduzidos a pedido da diretoria. Tobias agradeceu e deu boas-vindas formais. Jaqueline retomou a fala para detalhar os investimentos técnicos. Sobre a atualização do Plano Diretor do Paracatu, o valor estimado: R\$ 2,7 milhões (baseado em experiências anteriores), considerado urgente e prioritário, dada a defasagem do PDRH de 2006. Possibilidade futura de busca de cofinanciamento com o CBHSF (São Francisco), mas, por precaução, mantido com recursos próprios. Elaboração de Projetos Hidro ambientais (2026–2027), o orçamento é de R\$ 1,5 milhão, seleção por procedimento de Manifestação de Interesse, com critérios técnicos e prazos de 6 a 8 meses, a expectativa de três microbacias contempladas, com projetos concluídos até fim de 2027, gerando um “banco de projetos” prontos para execução a partir de 2028. Execução de obras físicas atendendo a pedido da diretoria e dos conselheiros, o PAP incluiu execução de barraginhas para mostrar resultados concretos em campo já em 2027, com previsão cerca de 500 barraginhas no Paracatu, e 300 no Urucuia, com investimento modesto, mas simbólico, para demonstrar a aplicação prática dos recursos da cobrança. Jaqueline explicou que essas ações têm papel demonstrativo, enquanto os grandes investimentos só devem ocorrer a partir de 2028. Ela concluiu afirmando que o PAP foi elaborado com base em premissas prudentes, para garantir sustentabilidade financeira e continuidade das ações. Após o término da apresentação, **Tobias Vieira (MOVER)** abriu a palavra aos conselheiros e pediu que levantassem a mão para organizar as falas. **Denis Leocadio (UFVJM)** começou parabenizando a apresentação e levantou duas questões. Primeiro a parceria com universidades e bolsas de pesquisa. Destacou o potencial das universidades em contribuir com estudos e projetos de baixo custo, desde que houvesse algum tipo de bolsa ou incentivo para estudantes e pesquisadores. Perguntou se o PAP previa possibilidade de custeio de bolsas. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** explicou que não é permitido financiar bolsas diretamente com recursos da cobrança. Contudo, fundos e fundações universitárias podem participar das licitações da Peixe Vivo, apresentando propostas e utilizando os recursos do contrato para pagar bolsistas dentro de seus próprios regulamentos. Citou o exemplo do Programa de Biomonitoramento do Rio das

Velhas, onde a FUNDEP/UFMG venceu a licitação e, internamente, utilizou bolsistas para executar o projeto, o que gera bom retorno técnico sem ferir as regras. **Denis Leocadio (UFVJM)** recordou que em reuniões anteriores se falou sobre usar parte do recurso da cobrança para captar novos financiamentos, e questionou como isso se encaixaria no PAP, já que alguns eixos, como saneamento, ficaram zerados. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** respondeu que o melhor modo de atrair parceiros é ter projetos prontos. Por isso, o PAP priorizou a elaboração de projetos hidro ambientais. O comitê elabora o projeto e, se não tiver recurso para executá-lo, pode buscar parceiros, como por exemplo a Codevasf, Eletrobras, prefeituras, o próprio CBHSF para financiar a execução. Explicou que, embora algumas rubricas estejam zeradas, isso não impede a articulação institucional, o que importa é ter o projeto técnico estruturado. **Júlio Ayala (CEPASA)** saudou os colegas e destacando a parceria de longa data com a equipe da Peixe Vivo e com pessoas como Ohany, Rúbia e Jaqueline, elogiando o avanço institucional que essas lideranças representam. Argumenta que o valor destinado ao Urucuia está subestimado, cerca de 700 mil reais, quando deveria estar próximo de 900 mil, considerando a proporcionalidade da arrecadação (92,5% do total de cerca de 1 milhão). Defendeu que o valor seja revisado para respeitar a proporcionalidade da arrecadação entre as bacias do Urucuia e Paracatu, propondo um ajuste que garanta equidade. Também ressalta a importância do protagonismo do comitê nas decisões locais, lembrando que o Urucuia possui um termo de referência aprovado desde 2018, em Bonfinópolis. Menciona que, desde então, houve grandes transformações no território, como a ocupação intensa da região de Arinos e a ausência de um plano de governança territorial. Alerta para o risco de cheias do rio, lembrando a enchente de 1979, e para o fato de empresários investirem em áreas vulneráveis sem orientação adequada. Defende que essa questão de uso e ocupação do solo seja incorporada nas novas propostas de planejamento e pede que Urucuia e Paracatu trabalhem em parceria, mas respeitando a especificidade de cada região. Critica também a previsão de 300 barraginhas, questionando a base técnica dessa decisão e pedindo que se mantenham as diretrizes do termo de referência do Urucuia. Sugere reuniões conjuntas entre a equipe técnica da Peixe Vivo e o comitê local para alinhar ações. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** agradece a fala e reconhecendo que os investimentos previstos são realmente modestos. Explica que essa postura conservadora foi adotada por ser o primeiro ciclo de PAP com seis comitês novos. O objetivo é avaliar o fluxo financeiro do IGAM, acumular recursos e formar um colchão de reserva, de modo que, no próximo ciclo (a partir de 2028), haja um montante mais robusto para ações executivas. Reforça que a definição das barraginhas ainda será amplamente discutida, com base em critérios técnicos e socio participativos, levando em conta as áreas prioritárias do Plano Diretor. **Tobias Vieira (MOVER)** esclarece que o valor arrecadado pelo Urucuia (2,28 milhões) já tem 939 mil pagos e 1,34 milhão em aberto, ou seja, os recursos estão disponíveis, e o problema é mais burocrático do Estado. Em seguida reforça que nem todo valor arrecadado será executado agora, pois parte ficará como reserva de adimplência, estratégia da agência para garantir estabilidade financeira. Ele reconhece a frustração com o valor reduzido, mas explica que é uma estratégia temporária. **Leonardo Costa (Município de Paracatu)** pede a palavra apoiando a ideia do colchão financeiro, mas alerta que o dinheiro não deve ficar parado. Sugere aplicação financeira dos recursos e pergunta se os rendimentos retornam ao comitê. Aproveita para propor que, com o montante acumulado, o comitê invista em projetos mais robustos que vão além de simples barraginhas, defendendo maior ambição nas ações. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** responde que os recursos aplicados geram rendimentos que são reinvestidos em ações do PAP. Explica que a estratégia é de segurança e planejamento conservador, mas deixa claro que o PAP é flexível e pode ser reavaliado futuramente caso o cenário financeiro melhore. **Leonardo Costa (Município de Paracatu)** solicita que o rendimento das aplicações conste explicitamente nas planilhas, para permitir planejamento financeiro mais transparente, pede esclarecimento se o valor apresentado já considera ou não a reserva de 1/3 da arrecadação. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** confirma que o valor de 700 mil (Paracatu) e 747 mil (Urucuia) já está líquido, ou seja, a reserva já está excluída. Francisco questiona se é necessário votar o PAP imediatamente ou se poderia ser adiado para mais discussões, uma vez que ainda há dúvidas, especialmente sobre os recursos do Urucuia. **Tobias Vieira (MOVER)** explica que a votação conjunta é o modelo adotado, mas lembra que regimentalmente é possível pedir vistas ou retirar o ponto de pauta, se o colegiado entender necessário. **Ivonete Antunes Ferreira (Município de Urucuia)** questiona os critérios técnicos das barraginhas e o alto valor destinado à comunicação. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** explica que os critérios ainda serão definidos tecnicamente e discutidos com o comitê antes da execução. **Ohany Vasconcelos (Agência Peixe Vivo)** complementa dizendo que o valor de comunicação foi reduzido de 2,5 milhões para 1,5 milhão, realocando recursos para outras rubricas. Explica também que há margem para remanejamento, pois as empresas costumam oferecer descontos nas licitações. Sobre o rendimento financeiro, informa que o recurso é aplicado em CDB do Banco do Brasil, um fundo conservador e seguro, e

que os resultados são apresentados trimestralmente ao GACG. **Tobias Vieira (MOVER)** reforça a importância dos grupos de acompanhamento (como o GACG) e incentiva os membros a participarem mais ativamente. **Joice Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros)** concorda com Leonardo sobre a necessidade de incluir projeções de rendimento financeiro no planejamento, pois isso impacta diretamente nas decisões estratégicas. **Tobias Vieira (MOVER)** retoma a palavra para explicar o motivo da inclusão das barraginhas: a ideia surgiu de uma provocação da diretoria, que pediu ações visíveis à sociedade e aos usuários. Explica que o projeto foi escolhido por ser palpável, de baixo custo e já testado, mas que ainda será submetido a critérios técnicos e territoriais. Reforça que não haverá execução imediata, pois antes é preciso elaborar termo de referência, definir áreas e abrir licitação. **José Idelbrando (Ag. Desenv de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia)** relata grandes desafios ambientais na bacia, como erosão intensa, perda de solo (até 750 toneladas/hectare/ano) e contaminação por fossas negras (4 mil no município de Arinos). Menciona ainda o avanço de usinas solares, o aumento da temperatura e a ocupação irregular. Defende que o comitê assumira papel de liderança e busque soluções estruturadas, com elaboração de projetos robustos e captação de recursos externos. **Ivone Antunes Ferreira (Município de Urucuia)** solicita a palavra para alertar sobre experiências negativas com barraginhas anteriores, citando um projeto de revitalização em Piedade que teve resultados piores do que o esperado, pedindo cautela e melhor acompanhamento técnico. **Tobias Vieira (MOVER)** chama a atenção para a deliberação final sobre o PAP e pergunta se há pedido de vistas. **Francisco Pinto (Município de Arinos)** pede adiamento da votação, argumentando que os usuários de água precisam de maior clareza e tempo para análise. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** responde explicando que, sem a aprovação do PAP, a agência não pode sequer iniciar editais, publicações ou designar equipe técnica, pois não há rubricas orçamentárias válidas. Ressalta que o atraso traria todas as contratações e preparativos, e propõe que, se houver sugestões de ajustes, elas sejam encaminhadas agora, para tentar ajustar o plano ainda nesta reunião, evitando novo adiamento. **Tobias Vieira (MOVER)** retoma a palavra agradecendo à Jacqueline e esclarece um ponto de ordem: ele não retirará o PAP da pauta apenas para ser votado depois. A retirada só ocorrerá caso haja um pedido formal de vistas, pois esse pedido implica designar um relator ou grupo responsável por analisar o documento, propor alterações e apresentar um parecer estruturado. Reforça que o pedido de vistas serve para esclarecer pontos específicos e não para adiar indefinidamente a deliberação. **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)** questiona caso seja feito um pedido de vistas, é possível marcar uma reunião extraordinária para deliberar com mais agilidade e propõe definir um prazo razoável para análise do PAP e posterior retorno ao plenário. **Tobias Vieira (MOVER)** responde que, regimentalmente, o relator que pedir vistas tem 15 dias úteis para apresentar o parecer. Após isso, o comitê pode, se desejar, convocar uma reunião extraordinária para deliberar, em vez de esperar a próxima ordinária. Acrescenta que a próxima reunião está prevista para 2 de dezembro, em Paracatu, e que há abertura para definir o fórum de votação conforme a necessidade. Confirma disposição da diretoria em apoiar nova reunião, se houver pedido formal. **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)** elogia a disposição da diretoria e reafirma que, diante da importância do documento, talvez 15 dias sejam adequados para analisar com calma e apresentar contribuições. Reforça que o adiamento não causaria grande prejuízo, e encerra agradecendo. **Alexandre Stheling (Município de Vazante)** concorda, defendendo um prazo de 15 dias para melhor entendimento do projeto. Argumenta que o fim do ano já limita a execução de novas contratações, e que, portanto, um debate mais maduro seria mais prudente. Comenta que o valor total de R\$ 1,3 milhão poderia ser aplicado gradualmente ao longo de vários anos, de forma planejada e as ações devem ser estratégicas. **Joice Appelt (Condomínio dos Irrigantes do Entre Ribeiros)** pede a palavra e questiona a motivação exata para o pedido de vistas. Argumenta que talvez seja possível esclarecer as dúvidas no próprio momento, sem adiar a votação. Reforça que o grupo deveria identificar quais pontos específicos geram incerteza, para não prolongar o processo desnecessariamente. **Tobias Vieira (MOVER)** concorda e observa que, até então, ninguém havia feito o pedido formal de vistas. Lembra que o pedido deve vir acompanhado de um relatório técnico, com as alterações sugeridas. **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)** informa que teve problemas técnicos de áudio e perdeu parte da reunião. Por isso, não pedirá vistas, deixando a decisão com os colegas que acompanharam tudo. Se alguém formalizar o pedido, ele se dispõe a ajudar na elaboração do relatório. **Tobias Vieira (MOVER)** alerta que o pedido de vistas só é aceito até o início da votação. Reforça o procedimento e pergunta mais uma vez se podem seguir para deliberação. **Francisco Pinto (Município de Arinos)** manifesta que sua intenção não era travar o processo, mas garantir clareza. Ele reconhece que não possui elementos técnicos suficientes para propor alterações agora, e por isso não pedirá vistas. Menciona, porém, a dificuldade dos usuários de água participarem neste período de plantio e elogia a explicação objetiva de Jacqueline. **Tobias Vieira (MOVER)** propõe aprovar o PAP com ressalvas, incorporando eventuais ajustes futuros, e seguir adiante. Todos

concordam. **07) DELIBERAÇÃO NORMATIVA QUE APROVA O PLANO DE APLICAÇÃO PLURIANUAL 2025-2027 (INVESTIMENTOS) DO CBH PARACATU/URUCUIA - TOBIAS VIEIRA; Tobias Vieira (MOVER)** Tobias inicia a leitura formal da deliberação que aprova o Plano de Aplicação Plurianual (PAP). O texto oficializa a aprovação do plano que regula o uso dos recursos arrecadados pela cobrança pelo uso da água nas bacias do Paracatu e Urucuia, para o período 2025 a 2027, com base nos instrumentos legais e contratos de gestão com o IGAM e a Agência Peixe Vivo. O texto detalha a organização em três eixos (Gestão, Planejamento e Ações Estruturais), a possibilidade de revisão ou remanejamento das ações mediante autorização da diretoria, a obrigação de relatórios anuais ao comitê, a reserva de 7,5% dos recursos para custeio da Agência Peixe Vivo e o envio de proposta de novo PAP com 180 dias de antecedência do término da vigência. **Leonardo Costa (Município de Paracatu)** sugere duas ressalvas, a primeira incluir referência explícita ao uso dos rendimentos financeiros das aplicações e considerar a visão estratégica apresentada na reunião sobre as ações estruturais no Urucuia. **Tobias Vieira (MOVER)** solicita que a proposta de redação seja enviada pelo chat para inserção no texto final. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** responde que os rendimentos já são considerados no planejamento, mas não foram incluídos no valor total por segurança, seguindo uma abordagem conservadora. Reforça que, conforme o projeto avance, os ajustes serão incorporados. Ela aproveita para lembrar sua proposta anterior de acréscimo de R\$ 35 mil na rubrica SF-8 (Elaboração de Projetos). Tobias aceita o ajuste, pedindo que Jacqueline envie a correção para Angélica anexar. Jacqueline busca o melhor local para inserir a nota sobre os rendimentos, mas conclui que não há encaixe natural no texto da deliberação. Sugere deixar registrado em ata que os rendimentos serão considerados, em vez de alterar o corpo jurídico do documento. **Francisco Pinto (Município de Arinos)** elogia o artigo 3º, mas alerta que a redação pode gerar interpretação ambígua. Sugere que, em vez de a diretoria emitir “ato autorizativo” e depois levar à plenária, o texto diga que o ato só ocorre “após ouvida a plenária”, garantindo segurança jurídica e respeito à hierarquia deliberativa. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** responde que o texto segue um modelo padrão utilizado em todos os comitês. Explica que o “ato autorizativo” decorre de situações urgentes, previstas no regimento, onde o presidente pode agir ad referendum, com posterior comunicação à plenária. Ela acrescenta que o regimento interno já prevê o ato ad referendum, portanto, não há alteração substancial no equilíbrio de poderes. Reforça que, na prática, as decisões urgentes são raras, e normalmente os presidentes preferem consultar o plenário antes de qualquer decisão. **Ohany Vasconcelos (Agência Peixe Vivo)** reforça que o ponto levantado é legítimo, mas o regimento garante autonomia à diretoria apenas em casos excepcionais. Francisco aceita a explicação, reconhecendo que o ato ad referendum está previsto e que o equilíbrio entre diretoria e plenária está preservado. **Tobias Vieira (MOVER)** encerra o debate, destacando que o espírito da norma é dar celeridade sem suprimir o papel da plenária. Sem novas propostas, coloca a deliberação em votação. **Tobias Vieira (MOVER)** abre a votação. Sem votos contrários nem abstenções, declara a aprovação unânime do PAP 2025 - 2027. Agradece à Agência Peixe Vivo e aos conselheiros pelo debate produtivo e anuncia a próxima pauta. **Jaqueline Fonseca (Agência Peixe Vivo)** despede-se, explicando que precisa sair para outra reunião, e parabeniza o grupo pela aprovação do plano. **08) APRESENTAÇÃO DO ESTUDO DE ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA O PROJETO PRÓ - ÁGUAS URUCUIA – INSTITUTO ESPINHAÇO; Valdir Dias (Instituto Espinhaço)**, coordenador técnico do Instituto Espinhaço, inicia a apresentação. Explica que o instituto atua há anos com o comitê do Urucuia e, agora, com a unificação das bacias, deseja alinhar informações e objetivos com todos. Descreve o Instituto Espinhaço como uma OSCIP sem fins lucrativos, inspirada na cadeia montanhosa do Espinhaço, atuando em biodiversidade, cultura e desenvolvimento socioambiental. Apresenta o Projeto Pró-Águas Urucuia, financiado por recursos da conversão de multas da Petrobras, sob coordenação do Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional e supervisão do Ibama. Cita a parceria ativa com o Comitê do Urucuia, secretarias estaduais, prefeituras e instituições de ensino (UFVJM e IFNMG). O público-alvo são produtores rurais, atuando em áreas de Minas e Goiás, com foco em recomposição vegetal, conservação do solo e educação ambiental. **Valdir Dias (Instituto Espinhaço)**, traça a linha do tempo do projeto, elaboração: 2020–2021, aprovação: 2023, desembolso e mobilização: 2024–2025, ordem de serviço do Ibama: 2025. O projeto prevê a recomposição de 2.000 ha, mas o lote 1, atualmente em execução, abrange 520 ha (R\$ 27 milhões). Explica que o projeto trabalha com metas integradas, não lineares, ou seja, mobilização e implementação ocorrem simultaneamente. Atualmente, estão em execução duas metas, a mobilização e engajamento institucional e social e o estudo de áreas prioritárias, desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB), devido ao tamanho e diversidade da bacia. Detalha que o estudo da UnB busca definir as áreas de maior retorno ambiental e social para as intervenções. Envolve reuniões técnicas, oficinas participativas e questionários locais, com participação de cerca de 100 pessoas em diversos municípios. O Ibama e o Ministério acompanham como

observadores. Explica que as ações presenciais foram retomadas em julho de 2025 após ajustes com o Ibama. O estudo já mapeou 33 mil hectares prioritários, embora apenas 520 ha sejam executáveis nesta etapa, o excedente servirá como base técnica para políticas públicas futuras. Relata eventos de campo em Arinos, Formoso e Buritis, com participação de prefeitos, universidades e o comitê. Destacou a importância da escuta dos atores locais. Em oficinas de cartografia social, moradores e técnicos identificaram córregos críticos (como Tabocas e Amendoim) e áreas com perda de perenidade hídrica. Concluiu dizendo que as intervenções só ocorrerão em áreas indicadas pelo estudo técnico e com adesão voluntária dos produtores rurais, garantindo legitimidade e sustentabilidade ao projeto. Explicou que a adesão dos produtores ao projeto é totalmente voluntária: se o proprietário disser “não”, o instituto simplesmente segue para outro local, sem imposições. Destaca que o Cadastro Ambiental Rural é obrigatório e ativo para participar, exceto em casos específicos previstos em lei. Reforça também o cuidado técnico com a fitofisionomia das áreas, ou seja, o tipo de vegetação original: o projeto só realiza plantio arbóreo em locais onde naturalmente havia floresta, evitando transformar campos ou savanas abertas em florestas, o que causaria desequilíbrio ecológico. Menciona que, conforme a lei da conversão de multas ambientais, todas as ações de recomposição devem ocorrer em Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal. Portanto, áreas de uso consolidado não são contempladas para plantio, embora possam receber práticas mecânicas de conservação de solo e água, como curvas de nível e barraginhas. Valdir esclarece que, segundo o Decreto Federal 6.514/2008, assentamentos, territórios indígenas e quilombolas não são obrigados a possuir cadastro ativo para participar do projeto. Descreve as etapas práticas de implementação: cercamento para proteção da área, plantio de espécies nativas e medidas de conservação do solo. O monitoramento ocorre em duas etapas: a primeira entre 90 e 120 dias após o plantio, e a segunda após 180 dias, avaliando a taxa de pegamento das mudas. Ele complementa que a recuperação é um processo longo, exigindo manutenção e controle constante, sobretudo contra gramíneas invasoras, formigas cortadeiras e adubação de cobertura. Conclui sua fala dizendo que essa é uma explicação resumida, e se coloca à disposição para dúvidas. **Tobias Vieira (MOVER)** agradece a apresentação e elogia sua clareza. Explica aos conselheiros que o Instituto Espinhaço procurou o comitê anteriormente para formalizar uma parceria institucional. Como o novo comitê representa agora as bacias do Paracatu e Urucuia unificadas, Tobias propôs trazer o tema à plenária para deliberação e registro oficial dessa parceria. **09) DELIBERAÇÃO - PARCERIA COM INSTITUTO ESPINHAÇO - TOBIAS VIEIRA; Angélica Otoni (Auxiliar Administrativo)** faz a leitura da minuta da Deliberação que formaliza a parceria institucional entre o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Paracatu e Urucuia (CBH-Paracatu-Urucuia) e o Instituto Espinhaço. O texto prevê cooperação técnica e institucional para proteção e recuperação dos recursos hídricos, com base no Projeto Pró-Águas Urucuia, financiado com recursos da conversão de multas da Petrobras e supervisionado pelo Ibama e pelo Ministério da Integração e Desenvolvimento Regional. A minuta destaca que o primeiro lote do projeto prevê 520 hectares de recomposição, com 364 ha reflorestados e 156 ha com obras de conservação de solo e barraginhas. **Tobias Vieira (MOVER)** solicita que se acrescente explicitamente o nome “Projeto Pró-Águas Urucuia” no título da deliberação, para valorizar o vínculo direto com o programa. Reforça que a proposta não trata de repasse financeiro, mas de reconhecimento formal e parceria institucional. Sem objeções iniciais, propõe colocar o texto em votação. **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)** cumprimenta Valdir e questiona o montante de R\$ 27 milhões para recuperar 520 hectares, observando que o valor equivale a cerca de R\$ 50 mil por hectare, o que considera muito alto. **Valdir Dias (Instituto Espinhaço)**, explica que o orçamento é referente a preços de 2021, e que projetos de restauração em larga escala têm custos elevados por incluírem mobilização social, produção de mudas, logística, monitoramento e ações educacionais. Cita que há iniciativas semelhantes com valores de R\$ 100 mil/ha, dependendo das condições locais. **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)** comenta que o valor é superior ao preço médio da terra na região, o que o surpreende, e expressa preocupação com a viabilidade econômica de expandir o modelo. **Valdir Dias (Instituto Espinhaço)**, responde que o Pró-Águas Urucuia envolve múltiplas etapas e componentes socioambientais, o que justifica o custo. Reitera que os resultados devem ser mensuráveis e permanentes, com foco na produção de água e melhoria da paisagem. **Valdir Dias (Instituto Espinhaço)**, agradece o apoio dos sindicatos rurais, ressaltando que a adesão dos produtores é essencial para o sucesso do projeto. Explica que, embora o Pró-Águas Urucuia atue apenas na bacia do Urucuia, a parceria institucional com o CBH Paracatu-Urucuia pode abranger futuras iniciativas também no Paracatu. O Instituto Espinhaço possui know-how em captação de recursos e está aberto a colaborar em novos projetos na região. **Ivonete Antunes Ferreira (Município de Urucuia)** elogia a apresentação e confirma que o nome correto é “Pró-Águas Urucuia”. Propõe ajustes na redação da deliberação, incluindo o protocolo de intenções de 11/09/2020, assinado na presença de seis ministros de Estado, a carta de intenções que formalizou o início da parceria com o Instituto Espinhaço. Ela

recorda o histórico do projeto, a sua articulação intensa junto ao antigo comitê do Urucuia, a presença do Presidente da República em Arinos durante o lançamento oficial e o trabalho com os 14 municípios da bacia para adesão ao projeto. Comenta que houve resistência inicial de alguns grupos locais, mas o projeto foi defendido e consolidado com apoio dos prefeitos e da sociedade civil. **Tobias Vieira (MOVER)** agradece as contribuições e pede que Ivonete envie os documentos citados para anexar formalmente à deliberação e coloca a DN em votação. **José Idelbrando (Ag. Desenv de Biorregiões do Vale do Rio Urucuia)** pede a palavra e declara voto contrário, deixando claro que não se opõe à tecnologia ou à ideia do projeto, mas repudia os valores praticados, que considera exorbitantes e desproporcionais. Ele argumenta que, se os custos médios forem mantidos, seriam necessários bilhões de reais para recuperar toda a bacia do Urucuia, o que considera inviável. **Tobias Vieira (MOVER)** respeita o posicionamento, mas explica que a parceria é institucional, não financeira, e que apenas com ela o comitê poderá participar, opinar e fiscalizar mais de perto o projeto. Sem outras manifestações contrárias, Tobias confirma a aprovação da deliberação, registrando voto contrário de Ildebrando. A parceria entre o CBH Paracatu e Urucuia e o Instituto Espinhaço fica oficialmente aprovada. **10) RELATOS E INFORMES DO ENCOB - 2025 - TOBIAS VIEIRA;** **Tobias Vieira (MOVER)** relata sua participação no Encontro Nacional de Comitês de Bacias (ENCOB), realizado entre 8 e 12 de setembro, em Vitória (ES). Explica que o evento reuniu representantes de todo o país, abordando conflitos pelo uso da água, redução da disponibilidade hídrica e a necessidade de uso sustentável. Houve também reuniões sobre o Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais e sobre a coordenação nacional dos afluentes do São Francisco. O encontro resultou na reeleição de Maurício Scalon como coordenador do Fórum Nacional de Comitês, com apoio unânime dos comitês mineiros. Tobias elogia a articulação, destaca o aprendizado e informa que o relatório de participação será enviado a todos os conselheiros. **11) INFORMES SOBRE ELEIÇÃO DO CBH SÃO FRANCISCO - THAÍS NASCIMENTO.** **12) ASSUNTOS GERAIS E COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Nos assuntos gerais, **Tobias Vieira (MOVER)** apresenta uma correspondência dos servidores do Sisema, solicitando apoio institucional dos comitês ao movimento que busca melhorias estruturais e valorização profissional. Propõe que o CBH Paracatu e Urucuia emita uma moção de apoio. **Marcelo Valadares (Sindicato Rural de João Pinheiro)** manifesta apoio integral, afirmando que o bom funcionamento dos órgãos ambientais é essencial para os produtores e para a sociedade. **Sophia Vieira (Município de Patos de Minas)** reforça o apoio. **Tobias Vieira (MOVER)** coloca a proposta em votação, sendo aprovada por unanimidade. O comitê enviará uma moção oficial de apoio aos servidores ao governo estadual. **Ivonete Antunes Ferreira (Município de Urucuia)** pede para registrar em ata uma homenagem ao Dia do Rio São Francisco (4 de outubro) e manifestar pesar pelos incêndios no Parque Grande Sertão Veredas, que têm causado graves danos ambientais. **Francisco Pinto (Município de Arinos)** acrescenta o registro de incêndios em Arinos e Paracatu, destacando as dificuldades locais de combate e a necessidade de apoio do Estado e do comitê. Tobias concorda, promete mencionar em ata e estudar formas de prevenir e mitigar os incêndios em futuras ações do comitê. **13) ENCERRAMENTO:** Ao final, foram feitos agradecimentos a todos os participantes, **Tobias Vieira (MOVER)** encerrou a plenária agradecendo a participação de todos e confirma que a próxima plenária presencial será em Paracatu. Os participantes se despedem cordialmente. APROVAÇÃO DA ATA.



Documento assinado eletronicamente por **Tobias Tiago Pinto Vieira, Presidente(a)**, em 03/12/2025, às 14:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **124719342** e o código CRC **19158179**.

Referência: Processo nº 2240.01.0000092/2025-43

SEI nº 124719342